



PLATAFORMA PELA REFORMA DO
SISTEMA POLÍTICO

RELATÓRIO DO ENCONTRO

A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS

Brasília, 17, 18 e 19 de abril de 2017

SUMÁRIO	Pág.
DEBATE: Democracia, Reforma do Sistema Político e Economia	3
Coordenação e abertura: Carmen Silva, SOS Corpo e AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras)	3
Lucia Xavier / CRIOLA e AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil)	4
Paulo Rubem Santiago / Professor da UFPE	5
Sônia Guajajaras / Articulação dos povos indígenas do Brasil - APIB	6
Romi Becker / Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC	7
PAINEL: Como avançar nas propostas de Reforma do Sistema Político	9
Coordenação: Luciano Santos (MCCE) e Maria Amélia Souza Mendes (Fórum mineiro)	9
Jose Antonio Moroni (INESC): caminhos percorridos pela plataforma, estratégias, limites, o que se quer enfrentar, quais as bases, os princípios.	9
Eixos de discussão:	10
Democracia direta: Maurício Piragino (Escola de Governo de São Paulo)	10
Democracia participativa: Ana Luisa (Polis) e Evanildo Barbosa (FASE e ABONG).	11
Democracia representativa: Carmela Zigone (INESC)	13
Democratização da informação e da comunicação: Beatriz Barbosa (Intervozes)	14
Democratização do sistema de justiça: Élide (JusDH - Articulação Justiça e Direitos Humanos e Fórum Justiça)	15
Debates	22
RODA DE CONVERSA: Que Reforma do Sistema Político queremos?	26
Coordenação: Natalia Mori (CFEMEA e AMB) e Evanildo Barbosa (FASE e ABONG)	26
PAINEL: A luz da conjuntura que estamos vivendo, quais as estratégias para a retomada da luta pela reforma do sistema político.	26
Lilian Soto – presidenta de Kuña pryenda, partido feminista, socialista e ecologista do Paraguai. Foi candidata a presidenta em 2013	26
Dep. Luiza Erundina – Deputada federal pelo PSOL SP	26
Ricardo Gebrin – Consulta Popular e Frente Brasil Popular	28
Vitor de Lima Guimarães – MTST e Frente Povo sem Medo.	29
Carmen Silva, plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político	30
Debates	31
PLENARIA: aprofundar o debate sobre estratégias e construção de agendas comuns.	31
Coordenação: Beatriz Barbosa (Intervozes) e Carmela Zigone (INESC)	31
Diálogo com o deputado Vicente Candido, relator da comissão de reforma política da Câmara dos Deputados.	34
Lista de participantes	35

DEBATE PÚBLICO: Democracia, Reforma do Sistema Político e Economia

Objetivo: debater como a “democracia” se configura no Brasil a partir dos olhares da população negra, povos indígenas, mulheres e defensores do Estado laico, avaliando sua captura pelo poder econômico e o impacto dessas configurações nas propostas da Reforma do Sistema Político.

Coordenação: Carmen Silva, SOS Corpo e AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras)

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política busca uma construção coletiva na qual a sociedade civil assume papel protagonista da discussão da reforma, dividindo com os partidos a arena do debate público sobre o tema. Neste esforço, é fundamental pensar a reforma no contexto do golpe, das denúncias de corrupção, sobretudo no contexto e desdobramentos da operação lava-jato e da cobertura da mídia tradicional.

Para a Plataforma, o sistema político vai além de partidos e eleições. Tem a ver com mecanismos de poder, as diferentes formas de seu exercício (democracia direta, indireta e representativa), comunicação e sistema de justiça. Todas as denúncias de corrupção e caixa dois são também parte da história do que vivemos enquanto construção do sistema político. Nesse sentido que o golpe coloca em xeque a relação entre os poderes, desestabiliza o sistema político, libera a economia de todas as amarras de ampliação das taxas de lucro e estimula o ódio de classe, racial e uma misoginia sem precedentes. Observa-se assim a eclosão de conflitos e da violência, a exemplo do assassinato brutal de Dandara (Fortaleza – CE).

Nesse sentido, o encontro ampliado serve para uma discussão mais profunda de reforma do sistema político, revisitar e reconstruir as estratégias e chamar movimentos, organizações e aqueles e aquelas que queiram enfrentar a redução de direitos e construir uma forma democrática de fazer política para fazer avançar as reformas estruturais e uma mudança radical do sistema político. Encontra-se em pauta no Congresso Nacional uma proposta de reforma eleitoral, parcial, destinada a “limpar a área” para as eleições de 2018.

Tais propostas, ao evocar temas discutidos no âmbito da Plataforma, exigem um posicionamento público desta em relação ao seu conteúdo. Por exemplo a lista fechada, para que seja efetiva, deve ser definida em espaços democráticos nos partidos, com alternância de sexo e espaço para a representação negra, LGBT e indígena. Em relação ao financiamento, defender o financiamento exclusivamente público, ou até com contribuições individuais dos militantes, mas nunca com financiamento privado empresarial. Sem isso, não que se falar em mudança efetiva e radical no sistema eleitoral e no sistema político.

Neste sentido, o evento deve ser espaço para mobilizar a unidade da luta, de forma a construir uma estratégia que articule a reforma do sistema político com as demais reformas estruturais necessárias ao país.

Convidados e convidadas foram provocados a refletir sobre a seguinte questão: “Como a democracia se configura no Brasil a partir dos olhares da população negra, dos povos indígenas, mulheres e defensores do Estado Laico, avaliando sua captura pelo poder econômico e o impacto dessas configurações nas propostas de reforma do sistema político”.

Lucia Xavier / CRIOLA e AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil)

Debate sobre questão racial é uma espécie de termômetro que acusa a urgência, mas sobre o qual poucos se dispõem a enfrentar efetivamente. Isso se explica em parte pois ele remete a outros problemas – violência, desigualdade, etc. – mas sobretudo a um passado que não se quer enfrentar e se quer esquecer. Em geral, os convites para debate sob a perspectiva dos negros e negras não visa sua inclusão efetiva nas discussões.

Não compartilhamos da ideia de que o mundo e a democracia fica melhor quando os negros estão fora, são considerados um problema (parasita) que não tem outro papel senão sugar o sistema, quando na verdade é essa maioria negra que toca o país.

Necessário falar em alto e bom som, o que aconteceu em 2015 na marcha nacional das mulheres negras. Essa estratégia fez lembrar que apesar dos esforços empreendidos no período recente. Nos últimos anos, os avanços ainda são insuficientes diante das pilhas de cadáveres de jovens e mulheres negras que morrem a todo momento em nossos pais.

Necessário evidenciar a questão para que a sociedade pense e enfrente de vez a questão. Percebeu-se que mesmo as políticas públicas não têm a qualidade suficiente para a população negra, ainda são insuficientes e sem as condições necessárias. O estado brasileiro é racista, e toda a experiência de relação da população negra com ele é permeada por este racismo – o tipo de educação, qualidade de saúde, falta de assistência e seguridade, falta de mobilidade, a discriminação em todos os espaços públicos.

Nesse sentido, a estratégia deveria visibilizar o quadro e trazer a contribuição do legado das mulheres negras para uma sociedade mais justa e igualitária. Foi apresentada proposta, por meio da marcha, de legado de ancestralidade de pessoas que construíram o modo de pensar e viver em sociedade (justiça, vida comunitária, solidariedade e da necessidade das individualidades). O legado serviu de inspiração sobre qual a utopia poderia garantir uma sociedade mais justa para todas e todos. E para lembrar que a mulher negra não é apenas indivíduo, mas um conjunto de mulheres com um legado igualmente importante a contribuir.

Assim, a democracia fundamental passa pelo protagonismo da mulher negra, sua experiência e ação política, que participam no centro do processo. Necessário pensar que tudo isso tem a ver com colocar esse grupo como parte da construção da civilidade - não como só legado, mas como chave para o futuro. Democracia que se quer não parte apenas do processo de garantia e acesso a direitos, mas sim da

tomada de decisão. Sem esta condição, sem que a mulher negra faça parte integralmente do processo, a democracia para elas não tem sentido, pois coloca o homem branco no centro do processo, minimizando as dores dos povos excluídos e colocando os negros e negras no lugar de onde nunca deveriam ter saído.

As mulheres negras são capazes de contribuir para uma sociedade melhor, onde o processo de assassinato de uma criança negra com um tiro na cabeça não seja arquivado. No novo pacto, tudo tem que estar na mesa, para que seja dito por nós o que deve ser feito. A democracia que se quer é a do bolo todo, não se quer cota, não se quer transversalização. O se quer é que a população negra, sobre tudo a mulher negra participe da tomada de decisão, do contrário será a democracia branca.

Paulo Rubem Santiago / Professor da UFPE

Os Grupos reunidos no seminário fazem parte de uma luta longa por um outro modelo econômico e de desenvolvimento. Durante tramitação da PEC 241, ficou claro que parte do campo democrático, em especial a juventude, não tinha dimensão histórica do processo de luta pela constituinte, que culminou um princípio muito importante: construção do sistema de seguridade social. Objeto de luta muito ferrenha, no qual a sociedade veio junto aos representantes eleitos num processo participativo plural e diverso - todos para construir um texto que seria um pacto de construção de um futuro diferente.

Naquele período, imaginava-se que aquele processo seria o seguro contra a deturpação posterior do regime democrático. No entanto, agentes econômicos operavam e conseguiram desfigurar o conceito de democracia no capítulo de orçamentos ao definir que o Congresso Nacional estava impedido de alterar fundos destinados ao pagamento dos serviços da dívida para aplica-los em outras finalidades. A partir deste flanco, a intervenção do capital no processo de alocação do fundo público se agigantou, saindo da constituição para a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Neste contexto, a disputa entre democracia e economia foi se desequilibrando em favor do rentismo, que sequestrou a política fiscal a seu favor. Ao longo dos governos progressistas de Lula e Dilma, contudo, não houve nenhum movimento de alteração das bases desse rentismo. Manteve-se elevadas taxas de superávit primário e déficit fiscal, com consequências nefastas para as políticas sociais.

Nesta seara, se por um lado conseguiu-se avanços importantes na preservação da vida do nascituro, manteve-se o assassinato em massa dos jovens pobres deste país. Também se observou que a política oligárquica tradicional não alterou sua estrutura, com um legado desafiador. Essa base política inalterada prove as condições para que reformas constitucionais ultraneoliberais venham novamente com força, concretizando os retrocessos recentes.

No entanto, se pensarmos crise como oportunidade, o momento atual é fértil para a construção da resistência, sensibilizando os trabalhadores sobre os efeitos das

ideias neoliberais em curso. Assim, faz-se necessário retomar o processo de unidade da classe trabalhadora, ou teremos muita dificuldade de avançar. Desse modo, não bastaria uma eleição para presidente, em caráter messiânico, sem que sejam geradas as bases sustentáveis para as reformas estruturais.

Assim, os partidos devem se apropriar do debate macroeconômico e promover um processo democrático direto, de massas, no qual as grandes econômicas são tratadas no plano da política, e não sob o viés tecnicista e burocrático como ocorreu nos últimos anos do Brasil. O abandono do debate macroeconômico foi um erro brutal dos governos Lula e Dilma. Não há como dividir democracia e economia.

Sônia Guajajaras / Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Para falar da democracia que queremos, não há como não falar sobre a Constituição Federal (CF) de 1988. Com a sua promulgação, acreditou-se que representava um momento de mudança e garantia de direitos. Com o intuito de remover o entulho autoritário da ditadura, a Carta trouxe um respiro democrático e libertário. Assim, a esperança veio para a sociedade como um todo e para os indígenas, em particular, após um período ditatorial no qual cerca de 8 mil indígenas foram assassinados, e outros tantos morreram por meio das tentativas de assimilação.

Os avanços fundamentais da Constituição foram o reconhecimento dos povos indígenas, sua organização, crenças e território, competindo a união demarcar e proteger suas terras e a definição clara de terra tradicionalmente ocupada.

Mesmo assim, os povos indígenas tinham consciência de que o caminho pós-Constituição não seria fácil. Dada a insuficiência da letra fria da Lei, o movimento indígena se organizou e formou suas organizações regionais – (Amazônia e Nordeste) e a organização nacional para luta pela garantia dos direitos indígenas.

Além de procurar avançar, esta luta também se deu para que não se perca as conquistas já alcançadas. Com as ameaças recentes à CF, motivadas por interesses políticos e econômicos, ficam ameaçados os povos indígenas como um todo, assim como sua luta. Observa-se um forte aumento dos discursos preconceituosos, estimulando a adoção de comportamentos agressivos e colocando a sociedade contra os índios.

Assim, os povos indígenas passam a sentir na pele as mudanças recentes no cenário político do país. Por isso, a resistência gestada é fundamental. Medidas em tramitação no CN e decisões do judiciário são uma ameaça direta aos povos indígenas, numa tentativa de negar uma reforma territorial conforme prevista pela Lei. O enfraquecimento dos órgãos indígenas representa outro retrocesso relevante, e de forma muito programada. Nesse cenário, não há outra saída que não a fraternidade entre as frentes e a unidade de luta. O acampamento Terra Livre em Brasília será uma resposta ao ilegítimo governo Temer – formando luta e resistência com 1.500 lideranças indígenas de todo o país. É preciso unificar as

lutas em defesa do Brasil indígena - somos todos indígenas!

Romi Becker / Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC

Faz-se necessário aprofundar o debate sobre religião, política e economia. Nesse sentido, é preciso reforçar o princípio de que a liberdade religiosa não é irrestrita, mas deve ser compatível com os direitos humanos, o que se materializa no princípio constitucional do Estado Laico.

É inviolável a liberdade de consciência e crença, a liberdade de culto e proteção aos locais de manifestação de fé. No entanto, observa-se o desrespeito sistemático desses princípios por todos os governos pós-ditadura militar. Além disso, não há que se falar em tratamento privilegiado a qualquer religião e o Estado não deve interferir na formação religiosa do cidadão.

A Constituição de 88 assegura liberdade religiosa, mas não a promoção religiosa em locais públicos. A aliança entre estado e religião é possível, desde que dedicada ao bem comum. Porém, a esfera pública brasileira nunca foi desocupada pela religião. O que houve nos últimos anos foi uma pluralização da manifestação pública da religião, com um processo crescente de instrumentalização da religião pela política e vice-versa. Além disso, observa-se uma combinação perversa entre o conservadorismo de valores e liberalização da economia.

A Pesquisa de Valores (2010-2014) mostrou que 98,4% dos brasileiros e brasileiras acreditam em DEUS; 78% se consideram religiosos e 87,5% consideram Deus muito importante. Há também uma tendência, de se acreditar mais em instituições religiosas e menos em partidos políticos. Organizações religiosas dão sentido de sociabilidade, espaços de apoio e solidariedade. No entanto, essa presença da religiosidade não faz dos brasileiros um povo mais misericordioso e sensível as causas sociais. Esse fato é estruturante no debate sobre a reforma política, na medida em que a associação entre religião e o neoliberalismo é fundamental para que seus valores sejam aceitos pelo conjunto da população, mesmo aquela prejudicada pela concentração de poder político e econômico derivada dessa agenda. Assim, grupos cristãos fundamentalistas tendem a encarar a sociedade moderna e seus valores libertários como inimiga. Esses grupos sentem-se traídos, reivindicando a cristianização das estruturas do Estado. Neoliberalismo e fundamentalismo caminham juntos. O segundo aproveitando as ambivalências da religião.

Nesse contexto surgem questões centrais para reflexão e debate. Por um lado, não se pode banir a religião da esfera pública, pois ela faz parte da cultura e pode contribuir para valores emancipatórias, faltando aos movimentos sociais capacidade de apreciar a pluralidade religiosa. Por outro, a crítica à religião é importante para se recuperar o papel da religião, em especial no que se refere ao seu vínculo com as estruturas de poder.

A Laicidade do estado é ambígua - nunca houve o reconhecimento estatal da diversidade religiosa, sendo necessária sua revisão e aprofundamento, num contexto de enfrentamento do conservadorismo religioso, que se manifesta de

forma transversal em todas as religiões.

Debate:

Necessário de ampliar o debate da reforma política para um conjunto amplo da sociedade. Experiência do plebiscito constituinte trouxe forte experiência de mobilização. Diálogo com militância partidária é fundamental para as nossas estratégias. Importante que a sociedade se veja com protagonista central no debate.

Liberdade para o movimento LGBT significa um debate pela vida - deve ser tratada como pauta de direitos humanos, central na agenda democrática do país. Necessário parar de secundarizar as pautas. A luta pela vida é a pauta central da esquerda, é a pauta nossa!

Um dos eixos da reforma do sistema político é a democratização dos meios de comunicação, à luz de seu papel em cada uma dessas questões levantadas. Mídia como papel central no golpe e na legitimação das medidas antipopulares decorrentes deles.

As coisas estão ruins, mas poderiam ser piores sem a atuação dos movimentos sociais - necessário lembrar as pequenas conquistas. Desafios da construção da reforma - i) representatividade e alternância de poder, gerando o envelhecimento do debate; ii) debate sobre o direito à vida deve incorporar a dimensão do genocídio da juventude.

Campanha do plebiscito trouxe experiência importante, mas plenária atual deve se renovar para o lançamento de uma nova proposta, sumária, de reforma política completa. Cenário traz oportunidades reais de chances de avanços, sendo necessário a construção de unidade mínima em torno de ideias-força. Há uma oportunidade de contrapor as propostas de restrição de direitos por meio de referendos e das eleições.

Refluxo dos movimentos a partir da eleição de 2002. Mobilização popular era forte. Agora falta unidade na esquerda para construir uma força social de luta por uma nova democracia. Partidos, movimentos e sindicatos terão que se reconstruir e se unir.

Questão que se coloca é como traduzir as mobilizações em formação política, que gera novas forças políticas e novos sujeitos.

Momento importante de cultivar flor bela e bonita de democracia. Para isso, necessário enfrentar instituições judiciárias, que reproduzem os privilégios das elites. Ou se enfrenta a necessidade de mexer nesse poder ou se batera muito na trave.

Centralidade do papel da juventude - chamando a atenção desde 2013, que não se reconhece nos partidos políticos e nas instituições democráticas. Essa juventude precisa ser ouvida e ter participação garantida.

PAINEL: Como avançar nas propostas de Reforma do Sistema Político

Objetivo: refletir sobre o acúmulo já construído pelos movimentos sociais em torno da questão, identificando divergências e novas questões que precisam ser incorporadas no debate público

Coordenação: Luciano Santos MCCE e Maria Amélia Souza Mendes (Fórum mineiro pela reforma política)

Jose Antonio Moroni INESC: caminhos percorridos pela plataforma, estratégias, limites, o que se quer enfrentar, quais as bases, os princípios.

No primeiro painel, tentou-se dar destaque a dimensões estruturais fundamentais na luta contra a desigualdade no Brasil: dimensão de classe, de gênero, étnica e racial e a discussão do Estado Laico, pela sua importância na luta contra o fundamentalismo religioso. Associado a como o poder econômico sequestra a democracia.

A Plataforma foi construída em cima de cinco eixos: Democracia direta; Democracia participativa; Democracia representativa; Democratização da informação e da comunicação; Democratização do sistema de justiça.

Quais são as questões relevantes que ainda não foram levantadas e que são importantes para a discussão da reforma do sistema político?

A plataforma começa a estruturar-se em 2004, a partir de um desconforto da estrutura da participação institucionalizada que vinha sendo construída, particularmente as conferências e conselhos. No governo Lula são criados vários conselhos e conferências, mas com características diferentes do que vinha sendo construído: espaços não deliberativos, tirando o poder de escolha da sociedade civil da sua representação (escolha do governo), regimento interno mais ligado à elaboração do órgão gestor e não do conselho, governo indicando presidente.

Foi realizado um seminário que demonstrou que os problemas eram mais profundos. Do encontro, gerou-se uma agenda, que foi tocada por alguns movimentos. Elaborou-se um primeiro documento, que foi enviado aos parceiros para críticas. Várias organizações enviaram contribuições para o debate da reforma do sistema político, que foram organizadas nos cinco eixos e resultou na segunda versão do documento, que é a hoje vigente.

Com o tempo, a Plataforma foi demandada para ser um sujeito político nesse debate. Com isso construímos três grandes estratégias: formular propostas, mobilização/formação e incidência política principalmente no parlamento.

A partir das manifestações de 2013, criam-se duas campanhas, em um âmbito mais amplo do que a plataforma: o plebiscito popular pela constituinte; coalizão para reforma do sistema político através de uma iniciativa popular de lei. Ambas, depois de um tempo, foram paralisadas por diferentes razões, e ficou um vazio sobre essa discussão. Este momento de articulação das duas campanhas coincidiu com uma avaliação interna da plataforma que precisávamos ampliar a luta e a agenda da

reforma do sistema político e que para isso era necessário ir além da plataforma. Criar espaços novos aglutinando amplos setores democráticos.

Com a articulação das duas campanhas, houve uma tendência de encerrar o trabalho da plataforma. Chegamos a definir o papel da plataforma como o de formulação, entendendo que a mobilização/formação e incidência as duas campanhas faziam. A plataforma ajudou a construir as duas campanhas. Mas, houve uma pressão para continuá-la, principalmente no contexto de crise política atual. Foi a partir dessa crise institucional que se gerou a proposta deste encontro. Em novembro de 2016 realizamos encontro em São Paulo com participação de vários movimentos, coletivos que não participavam da plataforma. Onde discutimos se fazia sentido a plataforma continuar e se continuar como, com que agenda etc. Deste encontro chegou a seguinte conclusão: a plataforma tem um papel fundamental e devia continuar, necessidade de atualizar os eixos, de articular melhor as várias dimensões que trabalhamos: gênero, raça, classe, etnias LGBT. Além disso, sentiu-se a necessidade de formular melhor as questões da democratização da comunicação e a democratização do sistema de justiça.

As propostas elaboradas pela plataforma respondiam a determinada conjuntura. Foram elaboradas no contexto de 2004/2007. Algumas das propostas já foram aprovadas, outras não fazem mais sentido, por diferentes motivos. Por isso precisamos rever estas propostas, colocando novas lentes sobre elas.

Uma outra avaliação feita pela plataforma, que apesar do referencial político ideológico e dos nossos desejos não conseguimos formular “fora da casinha”, isso é, para além da nossa institucionalidade. Para avançar precisamos formular na perspectiva da construção de novas institucionalidades. O início para isso é formulando novas questões.

A proposta é que vocês se integrem a esse processo e ajudem a formular estas novas questões.

Eixos em discussão:

- **Democracia direta:** Maurício Piragino (Escola de Governo de São Paulo)

Constituição de 1988 – prevê a democracia direta no artigo 1º. Artigo 14: poder soberano exercido através do referendo, plebiscito e iniciativa popular de lei.

Os 3 projetos de iniciativa popular de lei que chegaram ao Congresso Nacional, precisaram articular apoio de congressistas para serem viabilizados.

Plebiscito: aprova alguma proposta prévio à sua elaboração.

Referendo: referenda uma lei proposta já elaborada.

Iniciativa popular, proposta de lei que precisa ter 1% de apoio dos/as eleitores/as para ser encaminhado ao congresso. A burocracia é grande o que quase inviabiliza o seu uso

No Brasil, até hoje usou-se muito pouco dos instrumentos de democracia direta, mas é uma prática que está cada vez mais presente no mundo.

A democracia direta deve ajudar a avançar na conquista dos direitos humanos. Tentou-se implantar a exigência de consulta popular para grandes obras de impacto ambiental em São Paulo, mas o prefeito Haddad vetou.

Propostas já formuladas para a democracia direta: simplificação do processo, a garantia da sua convocação pelo povo (hoje só quem pode convocar plebiscito e referendo é o congresso); seja prevista convocação obrigatório de plebiscitos e referendos para grandes obras, privatizações e mudanças constitucionais; plebiscitos e referendos possam ser convocados por iniciativa popular; precedência de votação das iniciativas populares de lei; criação de política de financiamento público exclusivo para a campanha em processos de referendos e plebiscitos; criação do veto popular (poder do povo de vetar uma lei).

- **Democracia participativa:** Ana Luisa (Instituto Polis) e Evanildo Barbosa (FASE Nacional e ABONG).

Ana Luisa (Anilu) – Instituto Polis.

Democracia participativa foi a área onde houve mais experimentação, entre os eixos da plataforma, nas instituições criadas no pós-88.

Estudo realizado pelo POLIS e INESC em 2012 sobre a Arquitetura da participação, teve duas frentes de investigação: uma centrada na avaliação das instituições participativas; outro na construção das utopias das propostas participativas.

A despeito de alguns avanços na incidência das políticas públicas, observamos que as institucionalidades participativas não conseguiram pressionar a estruturas existentes de Estado, caracterizada pelo machismo, patriarcalismo, coronelismo e racismo. A democracia participativa produzia as mesmas distorções criticadas na Democracia Representativa: descolamento dos representantes em relação à base; brutal desequilíbrio de gênero (processo de masculinização e embranquecimento do local para o nacional); presença insignificante da juventude; desarticulação entre conselhos e dos conselhos com as conferências; baixa rotatividade dos representantes e dos segmentos representados.

Incluíram novas vozes, mas com o tempo essas vozes se cristalizaram. Exigência de “qualificação técnica” na participação em conselhos tende a diminuir essa representatividade.

A grande questão é que se ampliaram as instâncias de participação, mas as áreas estratégicas seguem blindados: economia, infraestrutura (energia, mineração, etc.), plano de investimentos. Questões ligadas ao desenvolvimento não estão colocadas para o controle social.

Se avalia que alguns movimentos sociais e organizações priorizam participar dos espaços institucionais de participação, mas houve pouca reflexão sobre a efetividade dessa participação. Não se articulou a presença nesses espaços com as lutas sociais cotidianas. Houve avanços e conquistas nesse processo, mas não o suficiente para a democratização do Estado e rupturas nos processos de desigualdades. A mobilização ficou apartada por um tempo, mas volta em 2013 com força.

Temos que buscar mecanismos digitais e estruturas mais dinâmicas para romper com os obstáculos à participação.

Evanildo Barbosa – FASE/ABONG.

Dos 5 pontos da pauta da plataforma, talvez Democracia Participativa seja o mais antipático para esse diálogo aqui, pois é quando nossas práticas coletivas ocupam o centro da análise. No entanto, elas não estão sendo avaliadas agora. Os acúmulos anteriores da Plataforma já apontavam como chave de leitura central a reforma do sistema político enquanto ênfase sobre o poder, sobre o exercício democrático do poder. Já em 2009, a plataforma contribuiu com um diagnóstico da democracia participativa que apontava para itens como:

- Fragmentação e paralelismo na chamada arquitetura da participação;
- Ocorrência de baixo diálogo entre conselhos, agendas das conferências e entre as próprias políticas públicas objeto de intervenção e controle público
- Baixa capacidade desses espaços tensionarem o sistema político em si, demonstrando uma apartação entre essas esferas e o próprio sistema político- representativo
- O caráter essencialmente consultivo desses espaços
- Baixa efetividade de compartilhamento substantivo do poder de decisão, o que produziria – tomando de empréstimo essa expressão da Evelina Dagnino – uma “confluência perversa” no sentido em que exigiria de nós mais participação em contextos cada vez mais neoliberais, com o risco de ainda ficarmos nesses espaços realizando “tarefas de gestão”, nos distanciando das “tarefas da política”, dentre outros diagnósticos.

Apesar desse diagnóstico acima, a própria Plataforma também se encarregou de apontar questões visando fortalecer a democracia participativa, defendendo duplamente a construção de um sistema integrado de participação (ver os 7 itens no Caderno de 2009) e 07 propostas correspondentes a esse processo de construção acima apontado. Para conhecer na íntegra as propostas acessar www.reformapolitica.org.br

Já agora, em novembro de 2016, no Encontro de São Paulo, a Plataforma avançou sobre esse diagnóstico afirmando que a democracia participativa se encontra diante de uma “crise de sentidos”. Lógico que o contexto de desmonte dos direitos e das políticas públicas em curso amplia os questionamentos sobre a potência efetiva da Democracia participativa na esfera do governo golpista e, daí que questões sobre se “ficamos ou não em conselhos com um governo golpista afloram com mais força nesse momento”. Mas, o golpe só aflora um diagnóstico que já era anterior, que dava sinais de perda de sentido caso algo não fosse revisto lá atrás...

Neste sentido, esse Encontro da Plataforma hoje aposta que é preciso avançar para além do nosso tempo para rever processos e modos de operar essa prática em crise, a começar pelo aprofundamento da crítica da institucionalidade democrática no modo como ela veio se constituindo nos planos Federal, estadual e municipal.

É sabido que os instrumentos participativos existentes (e suas decisões desde o plano nacional) tendem a reproduzir uma dinâmica federativa hierárquica em que estados e municípios em geral têm baixa adesão, estabelecendo uma combinação perfeita para se dar às políticas públicas (e a seus conselhos, por exemplo) pouca

importância a especificidades locais, regionais, de costumes e de inovação desde os territórios, o que em si coloca questões sobre qualquer modelo federativo-nacional da participação diante do fato de que o chamado pacto federativo brasileiro é uma farsa que só limita o alcance das políticas pensadas a partir de uma matriz nacional-local.

Enfim, a democracia participativa ficou e se mantém enclausurada a um ideário genérico de “sustentação participativa nas políticas públicas” sem debate e avançar sobre questões como “opções sobre qual modelo econômico as políticas e os espaços refutam ou reforçam”; não se avança no debate sobre as alternativas ao modelo dos últimos anos. A experiência e o acúmulo da Sociedade Civil brasileira são fundamentais para seguirmos avançando, mas precisamos avançar no debate sobre alternativas ao modelo.

Talvez, um dos maiores desafios para essa revisão crítica necessária (considerando esse Congresso e governo federal golpistas; reconhecendo a baixa capacidade de exercer incidência popular nos dias atuais dentro do Congresso, por exemplo) é pensar e agir, ao mesmo tempo, fora da institucionalidade democrática como condição para pensar e criar novos meios e ferramentas para uma nova participação que se junte a outras institucionalidades sociais e populares que não estão apegadas a um tipo de participação na relação direta sociedade-governo... que preferem a rua como lugar e meio de incidência.

- **Democracia representativa:** Carmela Zigone (INESC)

A mesa de ontem foi para destacar como as forças econômicas capturaram os espaços da democracia representativa, o que é denotado pela pouca representatividade de negros, mulheres e de jovens populares nos espaços de poder.

A ideia deste encontro é fazermos uma leitura crítica das propostas sobre Democracia Representativa que a plataforma elaborou ao longo de sua existência.

Premissas da plataforma na discussão sobre o eixo democracia representativa:

- esgotamento do modelo representativo, baixa participação
- sub-representação de mulheres, população negra, povos indígenas, juventudes, trabalhadores/as e outros segmentos populares no parlamento
- interesses econômicos dominam o processo eleitoral e as decisões públicas.
- corrupção estrutural, votação de leis de interesse próprio
- instituições públicas refletem as desigualdades da sociedade (racismo institucional, clientelismo, nepotismo, desigualdades de classe, gênero, homo-lesbo-transfobia).

Natureza das propostas da plataforma:

I - sobre a vida pública

II - sobre a vida partidária

III- sobre o processo eleitoral e mandatos

IV - sobre a justiça eleitoral

I – sobre a vida pública: fim das votações secretas, da imunidade parlamentar, do foro privilegiado, do nepotismo e do sigilo patrimonial e fiscal. Proibição de contratos entre Estado e empresas relacionadas com detentores de mandatos. Concursos públicos para preenchimento de cargos públicos nos três poderes incluindo para ministros dos tribunais de Contas.

II- sobre a vida partidária: manutenção dos partidos exclusivamente através de contribuições de filiados/as, destinação de tempo de propaganda partidária para ações afirmativas, uso de recursos partidários para educação política e ações afirmativas, implantação da fidelidade partidária programática, contra cláusula de barreira

III – sobre o processo eleitoral e mandatos: financiamento público exclusivo de campanhas, voto em listas pré ordenadas com alternância de sexo (escolhidas em convenções ou prévias partidárias), possibilidades de criação de federações partidárias, diretórios partidários devidamente constituídos para lançar candidaturas, fim da reeleição, limites de mandatos para o legislativo (2 consecutivos, para retornar intervalo de 4 anos), proibição de renúncia ou licenciamento de cargo eletivo para concorrer ao outro cargo, debates eleitorais organizados unicamente pela justiça eleitoral (caso de TV e rádios) e a sua transmissão facultada aos meios de comunicação, fim de publicação de pesquisas às vésperas do pleito, gravações de propagandas somente em estúdios para reduzir custos e os efeitos do marketing, processo eleitoral próprio para a escolha da representação indígena.

IV – sobre a Justiça Eleitoral: criar, com participação da sociedade, Conselho Nacional de regulamentação do processo eleitoral tirando este poder do TSE, criar órgão executivo eleitoral independente, criar órgão fiscalizador dos processos eleitorais composto pelos partidos e organizações da sociedade, com dotação orçamentária própria, manter o TSE com função judiciária e que seus juízes não seja, os mesmos de instâncias superiores.

- **Democratização da informação e da comunicação:**

Bia (Intervozes)

Importante conseguir recolocar o debate de forma atualizada, mas também que parta da nossa diversidade. Quem trabalha no Congresso Nacional vê o quão distante entre o debate da reforma política que está no Congresso e que é pautado nos meios de comunicação.

Quando pautamos lá atrás a necessidade de democratização da justiça e da comunicação, vimos como estávamos sendo visionários ao perceber, atualmente, como a mídia e a justiça são atores fundamentais quando se quer pensar a democracia. O posicionamento e a atuação militante dos meios de comunicação em defesa do que queriam é muito evidente.

O artigo 54 da Constituição proíbe que deputados tenham concessões de comunicação. Mas tem muitas brechas na lei e muitos tem.

O debate de democratização da comunicação avançou nos últimos dez anos. Os pontos que trazemos na plataforma continuam atuais, mas há novos desafios que precisamos incorporar.

Pontos que já estão: constituição de um sistema público de comunicação; espaço de antena (espaços para organizações da Sociedade Civil) e equilíbrio entre os três sistemas de comunicação conforme prevê a constituição: sistema público, privado e estatal.

Questões que precisamos incorporar:

- Incluir a questão das outorgas. Todas as rádios e TVs são concessões públicas, ou seja, pertencem ao conjunto da sociedade brasileira e não a grupos políticos, religiosos ou econômicos. Em tese são de propriedade da União que pode explorar ou por meio de concessão transferir a terceiros (entidades da sociedade civil, empresas de comunicação, municípios, estados, universidades, etc. A lei que esta em vigor precisa ser mudada, pois foi ela que permitiu esta concentração toda. Precisamos construir uma nova lei.

- Discussão sobre religião e meio de comunicação. Hoje temos uma lei ignorada e permite que todas as religiões que têm dinheiro comprem espaços na televisão. Não se representa a diversidade religiosa. Estão sublocando um espaço público a partir de interesses comerciais.

Precisamos entrar no debate sobre internet. A plataforma não trazia isso, porque em 2007 isso tinha menor impacto. Hoje, o acesso à internet é muito importante, mas 50% da população ainda está digitalmente excluída, mantendo a relevância da discussão dos meios tradicionais de comunicação. Precisamos universalizar (diferente de massificar, que é ser acessível a quem pode comprar) o acesso à internet. Precisamos discutir privacidade e sobre os algoritmos. Precisamos discutir o poder do Facebook e do Google, que definem eleições, decisões políticas nos países, a segurança de uma pessoa cuja privacidade foi exposta.

Fundamental pensar espaços de participação social na definição das políticas de comunicação.

- **Democratização do sistema de justiça:** Élidea (JusDH - Articulação Justiça e Direitos Humanos e Fórum Justiça)

Existiu um processo de colonização da nossa democracia desde a Constituição.

Colonização da Democracia Representativa mais ligado ao interesse privado. Esta é a história do Brasil. Não é de agora.

Se a gente viveu em democracia até o impeachment, é porque vivemos uma democracia de baixa intensidade. Essa intensidade é ainda menor porque nunca tocou o sistema de justiça. A grande sacada da plataforma foi explicitar esse tema. É um tema que se auto exclui, pela sua natureza e por quem o trata. Perceber que não se pode fazer essa discussão sem fazer o debate da influência da política na justiça..

Toda a discussão dos privilégios dos juízes tem que vir para a sociedade. Essa discussão precisa ser através do acesso à justiça.

Existe uma demanda de criação e ampliação das defensorias públicas. Atualmente, qualquer demanda de ampliação do sistema de justiça, precisa debater qual sistema de justiça queremos fortalecer. Aí vem toda uma discussão sobre mecanismos de controle.

Qual a discussão colocada agora: é possível criar institucionalidade democrática na justiça?

Primeiro, uma discussão de ingresso na justiça; políticas de ação afirmativa no judiciário, ministério público e defensoria pública.

Passa pela discussão pela promoção e acesso a concurso público a todos níveis da carreira.

Passa pela formação dos profissionais.

Tem uma luta pela transparência na definição das chefias no âmbito jurídico.

O primeiro porquê está nas faculdades de Direito, que forma um monte de concurseiros. É preciso fazer uma reforma dos currículos de Direito.

A justiça continua a reforçar a divisão estrutural da sociedade: papel da justiça no super encarceramento; na exclusão dos povos indígenas; do racismo. Não temos discussão sobre pluralismo jurídico.

Sistematização do resultado do trabalho em grupos

Grupo 1: Democracia direta

- Incluir consulta Prévia das populações indígenas e comunidades tradicionais quando da realização de grandes projetos de infraestrutura
- Povo poder convocar plebiscitos e referendos
- Permitir Internet na convocação de plebiscitos, referendos e iniciativa populares
- Sintetizar as propostas da reforma política em 10 pontos centrais
- Fazer Referendo sobre as principais propostas do governo Temer
- Campanha de popularizar o tema da reforma política, sem manipulação da velha mídia, garantindo participação popular
- Dar à população condições de reverter ataque aos direitos
- Destacar, na campanha da Reforma Política, pontos que digam respeito a situações concretas vividas pela população
- Pensar sobre a reproposição da Constituinte Exclusiva
- Como estratégia, é boa ideia de referendos sobre atos do governo Temer
Ir além dos limites da institucionalidade → isso impede de ver força da sociedade na disputa de poder
- Destacar a importância dos movimentos sociais como fator de organização e poder popular. Enfrentar a criminalização dos movimentos sociais. A própria esquerda não dá estatuto político a estes movimentos e sua importância na mudança da correlação de forças na sociedade.

- Multiplicar utilização da internet como forma de democracia direta
- Orçamento Participativo abrangendo fatia essencial dos recursos públicos
- Submeter a democracia direta tudo o que foi aprovado pelo governo e Congresso ilegítimos
- Estabelecer percentuais mínimos de participação para validar plebiscitos e referendos e hipótese de convocação de nova consulta, caso diferença entre duas propostas seja muito pequena
- Utilizar meios de comunicação de massa para difundir o debate sobre temas objetos de plebiscitos e referendos.
- Submeter qualquer emenda constitucional a referendo
- Necessidade de sintetizar as propostas da Reforma Política, sem eliminar nenhum tópico
- Articular esta campanha com movimentos sociais organizados, que tenham demandas específicas. Articular estas demandas (ex: Reforma Urbana) com Reforma Política
- Propor criação de aplicativos digitais para participação política direta e para controle dos representantes
- Resguardar, nos plebiscitos e referendos, garantia não apenas das cláusulas pétreas da Constituição, mas também dos direitos coletivos e progressividade dos direitos (“nenhum direito a menos”)
- Reforma Política precisa ser atrativa; estratégia de quebrar tabu em torno da palavra “política”
- Empoderamento da população para debater a reforma sem mediação dos velhos meios de comunicação
- Assegurar que representantes de instituições ligadas aos movimentos sociais (inclusive indígenas) não sofram perseguição política
- Necessidade de mapear movimentos sociais, inclusive indígenas, que conquistaram garantias de autonomia (ex: indígenas com direito de veto)
- Mapeamento da democracia direta na América Latina
- Popularizar principais propostas da Reforma Política relacionando-os com condições concretas de vida da sociedade.

Grupo 2: Democracia participativa

Alteração no texto: mudar homofobia para LGBTfobia (homosbóbisfobia), incluir racismo religioso junto com racismo ambiental e laicidade do estado. Consultar o movimento LGBT para ajudar na revisão do texto.

Análise geral das propostas: Para o grupo, nenhuma questão apresentada perdeu o sentido, apesar dos limites que foram apontados (perpetuação das pessoas nos conselhos, falta de efetividade do modelo apresentado no texto, envolvimento das lideranças nos governos). Apresenta-se como desafio pensar democracia participativa para além da sua relação com o Estado.

Quais questões perderam o sentido e quais novas questões / propostas precisam ser elaboradas?

Provocações:

Por meio de uma análise de conjuntura coletiva, afirmamos que pensar os princípios democráticos e a democracia participativa, deve considerar as vivências de cada uma das pessoas e coletivos que estão no encontro (dialogar com a sociedade civil); democracia como um direito (visibilidade dos direitos: moradia, saúde, bem-estar) e enfrentar as desigualdades com questões mais contemporâneas e dialógicas, incorporando a luta anticapitalista.

A luta por direitos é a luta pela dignidade humana (no Brasil e na América Latina).

Desafios: Como fazer para fortalecer a democracia participativa na sociedade civil;

Fortalecimento da democracia na sociedade civil: Aprender novas formas de democracia, experimentadas por outros grupos existentes; ter no centro do debate novos mecanismos de democracia participativa e de tomada de decisão; Experiências em outros países como o 'Podemos' (Europa) e outros da América Latina; novos meios de participação através de ferramentas digitais; Retomada e reaproximação com as comunidades: valorização da territorialidade, mas com foco nas macro ações; micro e macro em diálogo constante.

Políticas públicas: Mesmo em momentos difíceis da democracia brasileira, conseguiu-se implementar conselhos de direitos: SUAS, SUS, CNJ, CNS, CNE, CONJUV; Como as decisões populares podem incidir na efetivação e controle das políticas públicas; O desafio de dialogar com um governo que não é reconhecido (golpe); Institucionalizar e regulamentar o orçamento participativo, torna-lo políticas públicas, indiferente de governo que estiver no poder; Fazer levantamento dos instrumentos de controle social que temos hoje diferenciando o que é consultivo e deliberativo; Formação continuada: Atuar no empoderamento da população para participar efetivamente dos espaços de tomadas de poder;

(Autocrítica) Qual a crítica que precisamos fazer a partir das nossas atuações dentro dos campos progressistas, democráticos e das esquerdas; Pensar em Sistema de diálogo entre os movimentos sociais e os governos em decadência, falta de esperança das pessoas; Sensação de que 'nada muda' na sociedade, desesperança em relação à política, valorização da não-política partidária; Sair das institucionalidades que já estão enraizadas e fazer o controle social da política; Ampliar o diálogo entre as várias representações da sociedade (universidade, movimentos populares, sociedade civil organizada); Aprofundar os debates sobre o pacto federativo; Necessidade de deixar muito claro quais são os nossos compromissos éticos (compaixão, misericórdia para as futuras gerações)

Questões de análise para serem aprofundadas: Unificação das lutas, dialogando com os setoriais da sociedade civil (SUAS, SUS); estamos vivendo uma experiência muito impactante da aliança governo-grandes corporações. Como os territórios irão resistir diante das alianças; trazer para o debate essas grandes corporações (não se pode focar apenas no legislativo, executivo e judiciário);

Grupo 3: Democracia representativa

Relação da Democracia e o Eixo

- Fiscalização do processo é responsabilidade da sociedade civil;
- Atuar com a base no dia a dia (estratégia – amanhã);
- Controle social do processo eleitoral;
- Contexto hoje diferente – recontextualizar - captura política da democracia pelo setor privado;
- “Ditadura do poder econômico”;
- “Demonização e criminalização da política”;
- Novas gerações e o direito à política;
- Usar a rua e as agendas urgentes (previdência, por exemplo) para dialogar sobre as mudanças com a sociedade (estratégia);
- Democratizar os partidos internamente – participação efetiva de mulheres

Avaliação das propostas do eixo

- Algumas coisas estão desatualizadas no documento (exemplo: tempo de filiação foi pensado no contexto dinastia Sarney);
- Há detalhes que não são tão necessários no documento;
- Se não mexer nos critérios de partilha o financiamento público de campanha não faz sentido (exemplo: os recursos iriam para os mais votados, ou seja, os mesmos de sempre);
- Limites de idade para concurso público;
- Poder Judiciário, dedicação exclusiva, proibição de serem empresários;
- Transparência na metodologia das pesquisas eleitorais (em lugar de limitar o período de divulgação a 1 semana antes);
- Cláusula de barreira será votada na CCJ amanhã (fazer uma carta? – Estratégia - amanhã);
- Princípios: democracia incompatível com o capitalismo;
- Item 20: colocar proibição de famílias inteiras em partidos e cargos eletivos;
- Campanha eleitoral sem propaganda, mas sim com debates e comícios;
- Controle social das eleições pela sociedade civil;
- Quem doa? Qual o teto?
- Limites de quantidades de mandatos (pessoas ficam na política a vida toda);
- Acabar com a publicidade empresarial de campanhas (corrupção, etc);
- Executivas de partidos controlam o fundo partidário – como democratizar?
- Rediscutir o Senado – suas funções são vitais para a democracia?
- TRE – quem controla?
- Vida pública dos agentes do Estado – regular;
- Federação partidária – desenhar em detalhe;
- “Recall”; - Revogação de mandatos por via eleitoral;
- Financiamento público, como não virar um instrumento para aumentar o número de partidos
- Regime previdenciário dos políticos igual ao da sociedade;
- Quem controla o TSE – CNJ e CNMP, órgãos colegiados com servidores de carreira que se unem corporativamente e não julgam nada;
- Fim dos Tribunais de Contas? Seria viável?
- Fim do cargo vitalício para juiz;

- Lista fechada ou aberta? Dialogar mais sobre isso pois a direita se apropriou do debate e não há consenso no campo da esquerda;
- Controlar a questão digital em campanhas;
- Cuidado com a distribuição do recurso do financiamento público de campanha – vamos financiar o ódio, os partidos de igrejas, etc.?

Grupo 4: Democratização da informação e da comunicação

Alteração no texto

1) Internet

- Acesso – universalização do acesso à internet
- Infraestrutura – garantir infraestrutura pública
- Privacidade dos dados – defesa dos princípios da privacidade e da proteção dos dados
- Governança democrática da internet, garantindo participação popular nas definições do funcionamento da rede

2) Transparência:

- Garantia do acesso posterior nos conteúdos veiculados nas emissoras pela sociedade, no período que as emissoras são obrigadas a guardar esses conteúdos

3) Garantir a responsabilização das emissoras por veiculação de conteúdos que violem direitos

4) Direito de Antena

- Políticas públicas nacionais e regionais de fomento à produção, veiculação e distribuição dos conteúdos

5) Proibição das concessões públicas de rádio difusão para igrejas e associações religiosas, assim como a sublocação de espaço na grade de programação nas demais emissoras concessionárias

6) Educação para internet e mídias nas grades curriculares

7) Proibição de concessão pública de radiodifusão para todos os cargos eletivos no país (municipal, estadual e federal)

Grupo 5: Democratização do sistema de justiça

Título: pactuar que não é Poder Judiciário e sim Sistema de Justiça

Ingresso e permanência nas carreiras jurídicas

- Cotas étnico raciais com comissão de verificação em todas as carreiras
- Participação social nos concursos e na avaliação dos estágios probatórios
- Fixação de mandatos para os tribunais superiores
- Revisão das penalidades possíveis para carreiras jurídicas
- Fixação de carga horária obrigatória de atividade comunitária para atores do sistema de Justiça

Transparência

- Portais das transparências tem que expor os recebimentos de recursos, incluindo créditos adicionais
- Publicidade das suspensões de segurança

- Manter fim do sigilo patrimonial
- Instituições se responsabilizarem por cursos de transparência

Controle e Participação

- Criação do conselho nacional das defensorias públicas, garantindo a participação efetiva da sociedade civil
- Publicidade dos materiais de campanha de todos os processos eleitorais das instituições de justiça
- Implementação de orçamento participativo em todas as instituições de justiça
- Criação de ouvidoria externa com conselho participativo em todas as instituições do sistema de justiça
- Fixação de prazo para vista de processos

Governabilidade do Coletivo

- Disputar vagas da sociedade civil no CNJ e CNMP
- Denunciar abusos e privilégios
- Pautar Carmem Lúcia sobre a democratização e criação de ouvidorias externas no Judiciário
- Referir não só judiciário, mas todo Sistema de Justiça

Aprofundar

- Abertura dos espaços de privação de liberdade a sociedade;
- Atuar pela reversão do encarceramento em massa;
- Mecanismos de educação/formação para os direitos e sobre sistema de justiça;
- Mecanismos de eleições diretas para as carreiras e/ou cúpulas;
- Relações do sistema de justiça com outros poderes;
- Relações do sistema de justiça com empresas e corporações;
- Princípio da independência funcional dos juízes/as, promotores/as, advogados/as

Ementas prévias (ponto de partida proposto para o debate) – encaminhamento: substituir pelos eixos consolidados no GT deste ano (que avançam as propostas a partir de uma leitura mais atual e aprofundada), da seguinte forma:

Ementa prévia	Incorporada pelos seguintes eixos consolidados em 18/04/17:
1	Ingresso e permanência nas carreiras jurídicas
2	Problematizar, em diálogo com a fala de Élide na mesa da manhã: expandir instituições

3	Controle e participação social
4	Ingresso e permanência nas carreiras jurídicas
5	Transparência
6	Transparência e Controle e participação social

Debates

Ação concreta – acompanhamento dos posicionamentos dos parlamentares e denunciá-los quando votam contra trabalhadores/as. Fazer fiscalização por estado.

Necessidade de disputar o estado. Ele também precisa ser disputado pelo projeto da classe trabalhadora. Não ter ilusões que partidos vão implementar projetos contrários aos seus interesses. No campo da esquerda tem gente que pensa que todos os governos são iguais. O Congresso Nacional sozinho não pode afastar presidente. Quem tem que decidir é o povo – Plebiscito Revogatório.

Plataforma já fala pela proibição da concessão pública para deputados e senadores, mas é necessário ampliar para vereadores, prefeitos, deputados estaduais etc.

Os grupos deixam claro o acúmulo que a plataforma tem não pode continuar como bandeira somente de um grupo. Ela precisa dialogar com parcela maior da sociedade. Já temos acúmulo para sistematizar 10 propostas centrais para difundir a reforma política. Para desencadear esta campanha é preciso desencadear plebiscito sobre as medidas, aprovadas pelo governo atual, contrárias aos/as trabalhadores/as.

Não há cidadania sem democratização do sistema de justiça. Ainda não tivemos ousadia para fazer avaliação/fiscalização do sistema de justiça. Ex: relação direta de juízes com oligarquias locais; juízes que só trabalham terça, quarta e quinta porque dão aula; juízes que não moram nas comarcas; juízes que vendem sentenças.

Democracia participativa – dimensão utópica que precisa ser colocada no horizonte. Indivisibilidade dos direitos. Dimensão da luta anticapitalista, não estamos só discutindo políticas públicas. Colonialidade. Novas formas de democracia – democracia deliberativa. Estado comunal – experiência da Venezuela. Fortalecimento da territorialidade.

Avançar na construção da democracia de rua – democracia comunitária. Geralmente fizemos demandas para o Estado. Desafio: fortalecer a democracia na sociedade civil. Considerando conjuntura atual, necessidade de construir agenda de fortalecimento da democracia.

Propostas capazes de atingir movimentos das ruas. Vincular democracia com democracia econômica. Como fazer o controle do sistema financeiro?

Queremos reforma política ou pacto? Temos que ter disposição. Gargalo: Senado. Como Senado é eleito? Ele é eleito para 8 anos? Necessidade de aprofundar essa discussão.

Ate o momento formulamos questões da democracia em relação ao estado e pegamos apenas a parte do poder político. Isso é o suficiente como democratizar o aparelho do estado. E a democracia nas outras dimensões da vida? Que estado queremos? Queremos estado? É muito frágil até agora o que formulamos para enfrentar a subrepresentação do povo indígena e negro. A questão de sexo (homem-mulher) esta melhor formulada. Mas e a questão de gênero?

Referendo como estratégia de mobilização social contra as medidas do governo Temer. Inclusão de princípios – solidariedade, compaixão, desmilitarização. Maior parte de nós é contra o voto distrital se quisermos pensar igualdade de gênero, racial. Se pensarmos o voto de um distrito pouco provável que a pessoa indicada seja alguém de um grupo subrepresentado.

Quais são os conceitos que nos unificam em uma luta anticapitalista – pegadas da colonização. Não exclusão entre igualdade e liberdade – equilíbrio. Qual a concepção de igualdade que temos? Indivisibilidade de direitos que temos? Perspectiva de emancipação humana. Enfrentamento a todas as formas de exclusão. Princípio: conteúdo ético – político – colonialidade do poder. Rever compreensão de estado, política pública, reforma, reformas estruturantes. Centralidade da sociedade civil. Território: cuidar para não cair o localismo. Olhar para América Latina. Pacto federativo – precisamos qualificar as práticas deliberativas. Democracia como meio – horizonte – emancipação humana.

O nó é o financiamento de campanhas eleitorais. Como desprivatizar a democracia. Proposta de os partidos serem financiados pelos militantes. Fim do marketing político.

Devemos incluir mais um eixo na plataforma o da democracia econômica – tanto pela captura das grandes corporações dos fundos públicos. Estamos tendo um contexto com muitos movimentos sociais na rua. Mas movimento de esquerda pensam que há hierarquia nos movimentos. Abandono do conceito de movimentos sociais. Não podemos esperar que debate sobre reforma política seja assumida por frentes captaneadas por partidos. Democracia na vida cotidiana precisa estar no centro da nossa atuação.

Sociedade racista que mantém privilégios com base no racismo e na misoginia. Democratizar como? **Campanha para que a sociedade compreenda o que é reforma política e sistema de justiça?** Precisamos de uma pedagogia da desobediência. Debate entre técnico e político. Juízes não aplicam leis, estão irmanados com sistema de classes contra o povo negro e pobre. Temos que entender que nós não somos parte da elite. A elite não tem o Brasil como

prioridade. Reformar o sistema político e extirpar o que há de colonialismo. Debate sobre o aborto – mortalidade materna. Não podemos estar nos espaços sermos mansos. Se formos para os espaços para fazer luta ainda podemos nos manter em pé em muitos deles. Mas se formos mansos, não podemos nem mesmo fazer o debate aqui.

Necessidade de termos transparência para falar o que são povos tradicionais para entender o racismo. Garantir participação de povos tradicionais não é garantir a inclusão do conjunto da população negra. É pensar na inclusão dos 51% do povo excluído. Reforma que coloque todo o mundo dentro.

Precisamos ser radicais. Nossa democracia é burguesa. Quem se beneficia desse sistema político é a elite econômica. Debate sobre reforma política precisa ser inserido na discussão sobre papel do estado que é um estado burguês. E qual é o nosso papel?

Reforma do sistema político precisa reforma o sistema financeiro. Entra a dívida pública que precisa ser considerada no debate. É necessário incluir o sistema financeiro no debate sobre reforma política. Considerar também reforma tributária. Na CF está dito que não se pode suspender o pagamento da dívida pública.

Não podemos fazer discussão dentro da caixinha. Sistema político está falido. Ter possibilidade de candidaturas avulsas. Aprofundar o debate sobre colonialismo, gênero, direitos da terra.

Quando falamos de política o povo negro não consegue eleger ninguém. Belém mapeou 2600 terreiros, novo mapeamento 6000 terreiros, mas não conseguimos eleger o povo de terreiro. Por que? Precisamos convencer as pessoas a confiar em nós. Belém – terra de milícia. Povos tradicionais não tem o diabo no corpo. Em Belém, estão no 10º assassinato de homem de terreiro..

Preocupações com democracia direta porque o povo não acredita nisso. É muito citado que o poder emana do povo, mas as pessoas não acreditam nisso. Será que o povo quer participar? Exemplo de resistência dos povos indígenas que tem como princípio o “viver coletivo”. Precisamos provocar a população de que elas têm o poder.

Assunto sobre Estado laico tem que ser retomado e aprofundado. Ninguém saberia quem é Malafaia se não fosse o estado apoiar. É vital que a relação entre estado e religião seja aprofundada. Na constituição está lá que o estado e religião podem ter cooperação, mas esta relação não pode ser promíscua. Tema da religião é muito pouco discutido na reforma política.

Atentar para como o Ministério Público se apropria do combate à corrupção para barganhar interesses. Fragmentação dos atores que discutem sistema de justiça. Diversos grupos: JUSDH, fórum justiça, AJD (associação de juízes pela democracia), etc. Mas eles são mais orgânicos por exemplo se articulam na associação de juristas evangélicos

Conteúdos importantes para a democracia que queremos. Desafios da decolonialidade – processo de despatriarcalização e racismo. Considerar também as relações interpessoais. A questão da decolonialidade passa pelo tema da religião. Brasil foi cristianizado com violência. Ter controle da sociedade sobre relação entre estado e religião.

Quando falamos de iniciativa popular é importante lembrar que a constituição não permite emenda à constituição por iniciativa popular. Importante ter um processo participativo.

Importante ter estratégias de transição para um outro sistema de reforma política. Sobre financiamento só público – Plataforma tem uma postura somente fechada, mas talvez seja importante mais flexibilidade.

Será que faremos reforma política e não reforma jurídica? Sistema de votação é necessário. Esta disputa precisa ser feita na sociedade. Para isso precisamos nos instrumentalizar.

Questionamentos em relação ao financiamento público e lista fechada. Outras propostas: candidaturas independentes vinculadas a movimentos. Como se dará a formação de partido. Quais os critérios? Importante ter uma posição mais consensuada.

Painel: A luz da conjuntura que estamos vivendo, quais as estratégias para a retomada da luta pela reforma do sistema político.

Coordenação: Natalia Mori (CFEMEA e AMB) e Evanildo Barbosa (FASE e ABONG)

Lilian Soto – presidenta de Kuña pryenda, partido feminista, socialista e ecologista do Paraguai. Foi candidata a presidenta em 2013

O processo começa em 2010. Um grupo de mulheres que tinham experiência em espaços de lideranças em diversos âmbitos no Paraguai, começaram a discutir o que fariam para o processo eleitoral de 2013. Fez-se uma análise de conjuntura, destacando a ruptura de 60 de governo do Partido Colorado, um partido de direita, que governou inclusive uma ditadura de 35 anos com Alfredo Stroessner. Seguiu governando até 2008, quando uma coalizão de diferentes frentes políticas, incluindo movimentos sociais e partidos de esquerda e centro-direita, na Alianza Patriótica para el Cámbio, quando Fernando Lugo ganhou as eleições.

Em 2010, começou um processo de mulheres, muito a partir dos questionamentos à paternidade irresponsável de Lugo. Em 2011, lançou-se publicamente a proposta dessa plataforma de mulheres. Final de 2011, realiza-se um congresso programático com cerca de 400 mulheres onde debateu-se quais mudanças queriam para Paraguai. Decidiram lançar para 2013 uma dupla de mulheres para presidência e vice em um movimento independente. No Paraguai, os candidatos podem ser partidos ou movimentos independentes, onde o primeiro é permanente e o segundo vale só para aquelas eleições.

Em 15 de junho de 2012, há um massacre de 17 pessoas no norte do Paraguai (11 camponeses e 6 policiais), que produz o que se denominou de um “juício político express” a Lugo, que os movimentos sociais consideraram um golpe, que leva dois dias para tirar Lugo da presidência. Os movimentos focam-se em fazer um processo de resistência.

A pouca representatividade das mulheres no congresso fez com que muitas mulheres feministas optassem por outros caminhos políticos, inclusive porque para muitos líderes de esquerda a questão das mulheres não são prioridade.

Dep. Luiza Erundina – Deputada federal pelo PSOL SP

Queria saudar a iniciativa, que é indispensável para esse momento que vivemos no Congresso Nacional.

Minha relação com a Plataforma vem desde a nossa tentativa de construir uma proposta de reforma política, através da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular do Congresso Nacional. Naquela Casa, participei de todas as comissões sobre o tema, e até hoje estamos lutando por isso.

Junto com a sociedade civil, viemos aprofundando o debate sobre uma reforma capaz de corrigir as distorções do nosso sistema político.

No último relatório, do Deputado Vicente Candido, no GT sobre reforma política da Câmara dos Deputados, algumas dessas ideias e propostas da Plataforma foram contempladas no texto preliminar. Vemos que ele trata, em primeiro plano, da questão da participação popular; também acaba com as coligações partidárias. Só não trata da cláusula de barreira ou cláusula de desempenho dos partidos, com foco nos pequenos. Nesse ponto é fundamental ressaltar que nem todo partido pequeno é um pequeno partido. Além disso, entre os partidos pequenos, estão os únicos que, de fato, se podem reconhecer como verdadeiros partidos naquela Casa.

Assim, fiquei surpresa, positivamente, com o conteúdo do relatório preliminar apresentado, que contém parte das propostas defendidas pela Plataforma. Essa é mais uma evidência da relevância da Plataforma. Então, quero celebrar a retomada da construção da Plataforma, numa perspectiva mais ampla em relação à luta política, junto com os movimentos aqui representados.

Quero concordar com os companheiros da mesa que destacaram a centralidade da reforma do sistema político. Sem essa mudança fundamental, não haverá perspectiva possível para as outras reformas estruturais. Junto com isso, e tão importante quanto, é a democratização dos meios de comunicação. Se não retomarmos a luta em defesa dessas reformas, em todo o país, qualquer outra mudança será insuficiente e ineficaz.

Como já disse, atualmente, a reforma política não está sendo tratada sequer em uma comissão especial, mas em um grupo de estudo, que não tem a prerrogativa regimental de elaborar e apresentar uma proposta de reforma do sistema político como um todo. Depois vai ser criada uma Comissão Especial com essa finalidade, e não tenhamos a ilusão de que teremos condições favoráveis.

Nos 8 meses de governo Temer, contabilizamos mais perdas do que em todo o período da ditadura militar e depois de 1988. Primeiro, foi a PEC da morte, cujos termos foram estendidos aos estados mediante a aprovação de um projeto de lei, que os obriga a adotar as mesmas medidas amargas aplicadas ao país, como o congelamento de gastos sociais, por vinte anos, privatizações e restrições a despesas com pessoal.

Depois, vem a previdência, que é mais difícil deles aprovarem por enfrentar maior resistência da população. Em seguida, vem a reforma trabalhista, e outras tantas. Todas elas impõem perdas severas aos direitos dos trabalhadores. Citaria ainda a MP nº 759/16, que trata da regularização fundiária, cujo relator é o Senador Romero Jucá, e que desconstrói o marco legal com mais de 40 anos de implantação. A Constituição de 1988 está totalmente desfigurada.

Temos que ter uma estratégia de curto, médio e longo prazo. Entretanto, se não enfrentarmos a realidade imediata, não teremos mais o que salvar depois.

Será que não é necessário criar outro mecanismo que seja uma ponte entre a sociedade civil organizada e o Congresso? Atualmente, há uma distância enorme

entre a sociedade e seus representantes. Está se marcando uma greve geral para o dia 28 de abril, mas tememos que, até lá, as reformas trabalhista e previdenciária já terão sido aprovadas.

Será que participar desse desmonte, resistindo a ele como fazemos, mesmo assim, não estaríamos validando esse jogo perverso que está sendo conduzido por eles? Essa é uma dúvida que às vezes nos ocorre. O importante é fazermos resistência junto com o povo.

Adorei ouvir aqui sobre a pedagogia da desobediência civil, porque precisamos dela nessa hora. As conquistas obtidas pelos trabalhadores nos governos anteriores, pela forma como se deu a relação povo/governo, num certo sentido, contribuíram para desmobilizar os setores populares e suas organizações.

Por fim, é preciso ter presente que a luta de classes não acabou. Está mais presente do que nunca, e precisamos assumi-la com competência, determinação e muita unidade.

E a reforma política, no momento, é um foco importante dessa luta.

Ricardo Gebrin – Consulta Popular e Frente Brasil Popular

O golpe atual tem muitas similaridades com a tentativa de golpe de 54 e com o golpe de 64. As forças que patrocinaram esses golpes foram os mesmos: os interesses estratégicos do Estado dos EUA; O discurso mobilizador em torno da corrupção é o mesmo.

Golpes de novo tipo, onde o aparato de Estado utilizado não é mais o militar, mas parte do judiciário, a grande mídia e o parlamento. Ensaiado em Honduras, implantado em Paraguai e agora no Brasil.

Questão central envolvida no golpe: proporcionar uma segunda ofensiva neoliberal no país: apropriação do pré-sal, apropriação da Petrobrás, privatização da energia elétrica, correios, portos, desmonte de elementos estratégicos (desmontou os 2 grandes projetos militares: o submarino nuclear, fundamental para o controle do pré-sal – Amazônia azul; satélite geoestacionário). A delação da Odebrecht está impactando Venezuela, Cuba, Angola, El Salvador e Equador.

Essa 2ª ofensiva representa a maior possibilidade de ganho que o capitalismo pode ter.

Partido lava-jato: representação política de um setor social, a classe média alta. Está fortemente associado à Globo. O sentido estratégico é destruir a capacidade organizativa do povo brasileiro, através do desmonte do PT e o Lula. Esse partido chega ao ponto de destruir a estrutura política tradicional, atingindo incluindo ao PSDB.

Grande parte dos dilemas dos 13 anos de governo petista, são similares aos demais países com governos progressistas ou anti-neoliberais na América Latina. Essas

experiências saíram de um fracasso da 1ª onda neoliberal, e ficaram com uma parte da blindagem neoliberal, como a política macroeconômica.

Perda de perspectiva de poder da esquerda. Nos 13 anos de poder, 4 pontos corroboram isso: não se aproveitaram para organizar as massas; não se avançaram em meios alternativos de comunicação; consolidaram as doações empresariais; incapacidade de disputar e atrair os setores de classe média. Desde 1871, na Comuna de Paris, a classe média representa um apoio ao golpe.

Os setores organizados fizeram mobilização, mas as massas não foram atraídas, principalmente pela implantação de uma agenda de ajuste fiscal no segundo mandato da Dilma.

A greve geral do dia 28, que não ocorre desde a década de 1980, é uma oportunidade de retomar o contato com os setores populares.

Os revolucionários não escolhem o momento histórico das lutas. Por isso, se nós não retomamos a campanha e bandeira da constituinte, há o risco de isso ser assumido pelos setores reacionários, principalmente pelo partido lava-jato.

Vitor de Lima Guimarães – MTST e Frente Povo sem Medo.

O jeito que o sistema político é organizado cria dificuldades para mudar o sistema por dentro dele mesmo.

A Erundina como coordenadora da frente parlamentar da reforma política com participação popular junto com a plataforma entregamos um documento à Marco Maia e Sarney na época presidentes da Câmara e do Senado. Ela dizia que reforma política deve tratar a questão da democracia direta. Precisamos regulamentar os mecanismos de exercer diretamente o poder.

Ontem, três procuradores da república fazem um vídeo dizendo que a regulamentação do crime de abuso de autoridade vai prejudicá-los pessoalmente. Estão fazendo participação política, mobilização, articulação entre poderes.

Isso tudo é causa de não termos feito reformas estruturais nos 13 anos. Atualmente, eles estão mudando a estrutura do Estado. Estão abrindo mão da mediação do Estado da relação capital-trabalho.

PT diminui as desigualdades, mas não fez a reforma política para impedir doação de empreiteiras, por exemplo.

Reformar o sistema político é muito mais do que reformar a estrutura do sistema político.

Primeiro passo é resistir a todos esses ataques.

Além disso, precisamos aquecer a temperatura das mobilizações. Vivemos pequenos atos de resistências. Temos que viver um ciclo de mobilizações que leve a novas possibilidades.

Se a reforma política que está no congresso for aprovada, muitos partidos de esquerda podem não existir, ou ter candidatos sem qualquer chance de eleger-se.

Temos que enfrentar o governo Temer, enfrentar as contrarreformas estruturais.

Temos que buscar materialidade e objetividade nas movimentações.

Temos que fazer a greve geral, e temos que fazer uma nova caravana de Brasília e ocupar o congresso. E fazer a mudança jogando.

Carmen Silva, plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político

Destaco o que discutimos antes desse encontro e o que incorporamos a partir do debate de ontem. Golpe reforça visão machista, misógina brasileira.

Pretendemos manter a amplitude da concepção do sistema político que elaboramos até aqui, que inclui as formas institucionalizadas de participação, mas ampliar o debate para incluir a democratização da sociedade. Nesse sentido, a democracia direta ganha uma centralidade grande.

Dois planos de ação:

Um plano mais restrito, que diz respeito ao combate atual no congresso nacional sobre reforma política. Correlação de forças é muito difícil, mas não é impossível. Ideia é posicionar-se publicamente sobre a proposta da reforma política, mas manter o estabelecimento do diálogo com o relator e parlamentares, para discutir o que vimos discutindo na Plataforma.

Outro plano mais amplo. Importante valorizarmos as diferentes formas de luta, legais e ilegais. Entendemos que a criminalização dos movimentos e lideranças, em especial a juventude e a periferia, leva a uma visão distorcida de que esses movimentos lutam errado, de que não têm uma perspectiva política. Para capilarizar o debate, achamos que pode dar alguns passos: uma síntese da plataforma com ênfase nas propostas centrais e com uma linguagem acessível a todos movimentos sociais. Possibilidade de fazer uma campanha exigindo um referendo das reformas desse governo ilegítimo. Manter ações de popularização do debate de todos os eixos.

Tem um debate não tão profundo dentro da plataforma de que a saída não está apenas dentro de 2018. Nossa utopia democrática está no questionamento do atual processo civilizatório. Reconhecer esse processo, fundamentar essa crítica. Para realizar uma estratégia de refundação, temos que entender quem é o sujeito para tocar esse processo.

Plenária de estratégias

Objetivo: aprofundar o debate sobre estratégias e construção de agendas comuns.

Coordenação: Beatriz Barbosa (Intervozes) e Carmela Zigone (INESC)

Propostas aprovadas

1. ARTICULAÇÃO e MOBILIZAÇÃO

- Articular a campanha da reforma política com movimentos sociais organizados, que tenham demandas específicas, unificando as lutas. ex: Reforma Urbana com Reforma Política
- Aproximar a Frente Povo sem Medo e Frente Brasil Popular da nossa agenda
- Convite a todas as organizações e movimentos para seguirem engajados com a Plataforma
- Capilarização: trabalhar para os movimentos assumam essa agenda; levar para as bases o que foi discutido no seminário (universidade, movimentos populares, sociedade civil organizada, prioridade a sujeitos sociais como mulheres, movimentos antirracistas, indígenas); ir às regiões fazer eventos
- Buscar formas de dialogar com a nova esquerda em torno da agenda da radicalização popular do sistema político (não ao reformismo)
- Mapear conquistas de movimentos sociais que podem inspirar nossa luta
- Sincronizar a luta das ruas com a movimentação no Congresso
- Incidir internamente ao Judiciário, aproximando movimentos como o “Transforma MP” (juristas), IBDMS (instituto de pesquisa sobre direitos e movimentos sociais); Pautar Carmem Lúcia sobre a democratização e criação de ouvidorias externas no Judiciário; disputar vagas da sociedade civil no CNJ e CNMP.
- Articular o debate da Reforma Política com o acampamento indígena Terra Livre (abril/17, Brasília)
- Considerar o tempo da campanha eleitoral, que vai necessariamente influenciar na nossa estratégia

2. COMUNICAÇÃO

- Recolocar a agenda da reforma política no debate público

- Buscar dialogar com uma parcela maior da sociedade, elaborando materiais com linguagem acessível e deixando claro quais são nossos compromissos éticos
- Melhorar a estratégia das redes sociais, usando ferramentas digitais para virar votos no Congresso
- Realizar uma campanha de popularização do tema da reforma política (propostas de temas: regulamentação de mecanismos de participação direta; *accountability* do Judiciário, etc)
- Sistematizar 10 propostas centrais para difundir a reforma política
- Popularizar principais propostas da Reforma Política relacionando-os com condições concretas de vida da sociedade; o tema da democracia na vida cotidiana das pessoas precisa estar no centro da nossa atuação.
- Colar o conteúdo das nossas propostas com as lutas contra a regressão de direitos.
- Enfrentar a agenda da criminalização dos movimentos sociais
- Elaborar vídeos para explicar à população o que vai acontecer se as reformas propostas por Temer forem aprovadas
- Denunciar que estão reescrevendo a Constituição por meio de PECs, sem qualquer legitimidade – deputados denunciados pela Lava Jato
- Compartilhar os vídeos do seminário nas redes sociais
- Produzir conteúdo para responder aos temas em debate na imprensa

3. FORMULAÇÃO

- Atualizar o documento da plataforma; incluir democracia econômica e socioambiental (eixo 6)
- Aprofundar reflexão sobre proposta da Constituinte Exclusiva
- Pensar um programa para o Brasil sobre o conjunto das reformas estruturantes que são necessárias
- Realizar levantamento de instrumentos de controle social diferenciando o que é consultivo e o que é deliberativo
- Aprofundar os debates sobre o pacto federativo
- Mapear experiências de democracia direta na América Latina
- Aprofundar a questão do poder comunal (poder local)
- Aprofundar o tema do direito a desobediência civil

4. FORMAÇÃO

- Formação continuada: atuar no empoderamento da população para participar efetivamente dos espaços de tomadas de poder
- Avaliar pedagogia da desobediência civil capaz de alterar a correlação de forças
- Realizar workshops para debater a questão dos algoritmos (parceria com Intervozes)

5. AÇÕES IMEDIATAS

- Emitir posicionamento sobre a proposta de Reforma Política em tramitação no Congresso (entre outros pontos, priorizar a posição em relação à lista fechada)
- Acompanhar sistematicamente o que está sendo discutido e debatido na Comissão; o posicionamento dos parlamentares; fazer fiscalização por estado; manter diálogo com o relator e os parlamentares.
- Fortalecer a Greve geral do dia 28 de maio
- Organizar um referendo sobre as principais propostas do governo Temer / submeter a democracia direta tudo o que foi aprovado pelo governo e Congresso ilegítimos; referendo pode ser argumento para a Constituinte
- Participar do 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (26 a 28 de maio, UnB)

Organizações que já se voluntariaram para contribuir com tarefas específicas

- RECID: formação de base e comunicação
- Universidade Livre Feminista: formação
- Intervozes: eixo comunicação
- Outras Palavras: eixos comunicação e democracia direta
- Vigencia: eleições (campanhas, publicidade, captura das eleições pelo poder econômico)
- LBL: texto sobre questão LGBTI
- Conselho Nacional de Leigos e Leigas do Brasil: democracia participativa, conselhos; modelo de desenvolvimento, quilombolas, indígenas impactados; ideia do bem viver
- Fórum da Amazonia Oriental: democracia direta; fazer evento desse na Amazonia
- Forum Amazonia Ocidental: articular com a central sindical para participar da plataforma; fazer um evento na região também
- Pastoral da Juventude do Meio Popular: articulação com juventude, produção de material

- Conselho Federal de Psicologia: sede pode abrigar debates e mobilizar o Sistema Conselhos; recorte da subjetividade em diversos temas (LGBT, cotidiano da democracia, etc.); produção de conteúdos
- Nepac/Unicamp: democracia direta e participativa; mapeamento de experiências democráticas na América Latina; site Participação (pode divulgar os conteúdos da Plataforma)
- Jubileu Sul: direitos econômicos (elaboração da proposta do eixo democracia econômica e questão ambiental)
- Koinonia: levar debate para dentro das comunidades, traduzir novo texto para o formato de educação popular; contribuir na organização da campanha; organizar um debate em Salvador
- Ana Gualberto (Koinonia): se compromete pessoalmente com a parte racial de forma paritária e não transversal
- Reju: laicidade do Estado e juventude, LGBTI, aulas abertas e públicas na comunidade de fé
- Centro de Cultura Luis Freire: democratização da informação e comunicação
- MNDH: discutir na base a democracia da comunicação e a Constituinte; também querem um encontro no ES
- Fojune e Convergência Negra: levar conteúdos da Plataforma e contribuir na questão racial
- Matriz Africana (Pará): contribuir no Pará
- CUT/ Secretaria de Relação com os Movimentos Sociais: levar para a CUT, contribuir com o tema do sistema de justiça
- PJMP: contribuir com a questão LGBTI e juventude; fazer debate em Manaus; indígenas, juventude, movimento de mulheres
- - Evangélicas pela igualdade de gênero: laicidade do Estado e fundamentalismos religiosos.
- - Apib: diálogo focado sobre o tema indígena
- - UERJ: eixo da comunicação

DEBATE COM DEP. VICENTE CANDIDO – RELATOR DA REFORMA POLITICA

No final do encontro se teve um Diálogo com o deputado Vicente Candido, relator da comissão de reforma política da Câmara dos Deputados. Neste diálogo a plataforma reforçou a sua convicção da necessidade de uma reforma do sistema político ampla e não apenas eleitoral. Reconhece que muitas das propostas elaboradas pela plataforma no que diz respeito a democracia direta foram incorporadas pelo relator em seu relatório que ainda vai ser votada na comissão e depois em plenário. Reforçamos a nossa posição de alternância de sexo na lista pré ordenada.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME COMPLETO	MOVIMENTO	Estado
Adauto Modesto Junior	Ativista	RJ
Ademir Torres	MNDH	ES
Alana Pereira da Silva	PSMP	DF
Alda Dutra Duarte	Movimento Nossa Brasília	DF
Alessandra Miranda	Caritas Brasileira	DF
Alex Afonso da Cruz Pamplona	IDCEP	PA
Aline Fagundes	Fórum de Mulheres de PE e AMB	PE
Ana Gualberto	Koinonia	BA
Ana Ligia	SVAS	DF
Ana Paula Felipe	Inesc	DF
Ana Rogeria	Jubileu Sul Brasil	CE
Andrea Portugal	ABES	DF
Angélica Lüersen	AMB	SC
Anivaldo Matias de Souza	Comitê Mineiro do MCCE	MG
Anna Luiza Souza	Instituto Polis	SP
Antonio Maffezoli	Anadep	DF
Antonio Martins	Outras Palavras	SP
Bartira Perpetua Lima	FNRU	SP
Bia Barbosa	Intervozes	DF
Brena Leile		DF
Camilo Carvalho	Assessoria Dep Erundina	DF
Carlos Moura	CBJP/CNBB	DF
Carmela Zigoni	Inesc	DF
Carol Rebouças da Silva	Levante Popular da Juventude	CE
Célio Maranhão	Jubileu Sul Salvador	BA
Celio Piovesan	Fórum nacional Orçamento Participativo	RS
Cibele Kuss	FLD	RS
Cinthia Oliveira Abreu	Jubileu Sul SP	SP
Cristiane Costa de Jesus	Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social	MT
Daniel Monteiro Lima	Coletivo Cordel	SP
Daniel Seidel	CNBB	DF
Daniela Oliveira Tolfo	CAMP	RS
Danilo Borges dos Santos	PJMPBA	BA
David Samuel E.S da Cunha	SFL	DF
Deila Martins	GAJOP	PE
Diana Melo Pereira	Sociedade Maranhense de DHS	MA
Diana Melo Pereira	SMDH e Jusdh	DF
Edgleison Vieira Rodrigues	Articulador Nacional de Juventude MJPOP	CE
Edicleia Toneti	Religiosa - Freira	DF
Eduardo Luiz Zen	Consultor Popular	DF
Elaine Carvalho	Gajop	PE

Elida Louris	Fórum de Justiça	SP
Eliel Ferreira da Cunha	Central de Movimentos Populares (CMP)	RO
Emilio Chernaucky	IPEA	DF
Evanildo Barbosa da Silva	Abong Nacional/ FASE Nacional	PE
Fabricia Marcelly Damasceno da Silva	IMENA	AM
Felipe Addor	UERJ	RJ
Fernanda Rosas	AMB	DF
Fernando Pigatto	CONAM	MA
Flavia Galeno	Gajop	PE
Francisco Italo Aragão	Pastoral da Juventude do meio Popular - PJMP	CE
Franklin Felix	REJU	SP
Gabriel Elias	IBCCRIM	SP
Geisonara Jumaica N. Barbosa	Quilombola BA	BA
Géssica Dias Lins de Oliveira	Frente Evangélica pelo estado de Direito	PE
Guacira C. Oliveira	AMB/CFEMEA	DF
Guilherme Aranha Coelho	Ativista das Redes Sociais SP	SP
Guto Zorelo	São Paulo - SP	SP
Hugo Fanton Ribeiro da Silva	Consulta Popular	SP
Iole Ritsiheture	APIB (articulação dos povos indígenas do Brasil)	MS
Isabel Claretim	UCB	DF
Ivaneck Perez Alves	CONTAG	DF
Jacinta Marta Leiro	Mulheres do Calafete e AMB - Salvador	BA
Jamieson Rodrigues Simões	Frente Evangélica	CE
Jamir Santos	Gab Dep Luiza Erundina	DF
Janeslei Albuquerque	CUT Brasil	SP/PR
Jaqueline Molina	Independente Consultora	DF
Jessica Morris	Ativista	SP
Joana Alencar	Ipea	DF
Joana Darc da Silva	Cunhã Coletivo	PB
Joana Santos Pereira	Equip	PE
João Carlos Werlang	CEAAL	RS
João Feres Junior	UERJ	RJ
Jone Braga de Moura	PJMP	AM
José Aparecido dos Santos	Arquidiocese de Assis	SP
José Antonio Moroni	Inesc	DF
Jose Carlos Zanetti	CESE	BA
José Celso	IPEA	DF
Joseanair Hermes	Caritas Brasileira	PR
Josefina Cicconetti	Vigência	SP
Jucimeri Silveira	Universidade de Londrina	PR
Katia Garcia	Simpro	DF
Katia Maia	OXFAM BRASIL	SP
Kelly Gonçalves	Megeras e AMB - GO	GO
Layla Achkor	Instituto Rede Terra	DF
Layla Malyzandra	FOJUNE	DF

Lea Lucia Cecilio Braga	Ativista dos Direitos Sociais - BH	MG
Leila Polinair	Conic	DF
Lenir Candido de Assis	Universidade de Londrina	PR
Lilian Soto		PARAGUAI
Lorena Cristina Araujo da Silva	IMENA	AP
Louise Lucena	Hub das Pretas	DF
Lucas Moraes	Direitos Humanos	DF
Lucia Helena Barbosa	Coletivo MP Transforma	DF
Lúcia Maria Xavier de Castro	CRIOLA	RJ
Luciana Pivato	Terra de Direitos/ Jus DH	DF
Luciana Zaffalon	IBCCRIM/PBPA	SP
Luciano Santos	MCCE	SP
Luis Fenelon	ICAP/MNDH	DF
Luis Pedro Silva Moreira	Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular	MG
Maeli Farias	Visão Mundial ONG	PE
Mane Lidia B		DF
Marcel Farat	RECID	GO
Marcela Farah	RECID	GO
Marcelo Levanere	CBJP	DF
Marcos A . D Silva	Inesc/ Mov Hip-Hop	DF
Marcus Villarim	NOSSA BRASILIA	DF
Maria Amélia Souza Mendes	Forum Mineiro pela reforma politica	MG
Maria Brant	Vigencia	SP
Maria das Graças	Mandato Chico Alencar	DF
Maria Dirlene Trindade Marques	Jubileu Sul	MG
Maria Leoneide da Silva	PJMP	RN
Maria Mello	DHESCA/ Terra de Direitos	DF
Mariana Meriqui Rodrigues	Liga Brasileira de Lésbicas	SP
Mariana Vasconcelos		DF
Marilene de Paula	F. Boll	RJ
Marta Silêda Rebouças da Costa	Cearah Periferia	CE
Matheus Magalhães	Inesc	DF
Mauricio Piragino	Escola de Governo	SP
Miguel Rodrigues	Voluntariado	DF
Mônica de Freitas Pandolfo	APIB	RS
Monica Rodrigues	Alerta Social	DF
Natalia	CFMEA - Articulação de Mulheres Brasileiras	DF
Nilza valeria	Frente de Evangelicos pelo estado Direito	SP
Ondeide Rodrigues	Afro Religião	PA
Osnilda Lima	<u>Repam</u>	DF
Paulo Maldos	Conselho Federal de Psicologia	DF
Paulo Rogério da Silva Turnes	UFPE	PE
Paulo Rubem Ferreira	UFPE	PE
Quenia Lopes		RJ

Rafael Soares de Oliveira	Koinonia	RJ
Rafael Soares Raimundo	PJMP	PB
Raíssa Reis	MEGERAS - AMB	GO
Renate Gierus	COMIN - Conselho de Missão entre Povos Indígenas	RS
Renilda T Picoli	Cong. Paulinas	DF
Ricarte A Santos	Caritas/TPJ	MA
Rita Miriam Gonçalves Surita	CAPA - Centro de Apoio e Promoção da agroecologia	RS
Rony Coelho	NEPAC - UNICAMP	SP
Rosa Alice do Rêgo B. Arraes Sampaio	Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF	PE
Rosane M Reis Laviane	DE/RJ Fórum Justiça	RJ
Rosângela Aparecida Talib	Católica pelo direito de decidir	SP
Roseli Faria	MDSA	DF
Sandra Plaisant Jouan	Ibase - RJ	RJ
Sandra Teixeira	CFESS	DF
Selvino Heck	CAMP	RS
Sergio Barros de Andrade	FETAEMA - MA	MA
Silvia Sousa	COEP NACIONAL	DF
Sônia Bone de Sousa Silva Santos	APIB (articulação dos povos indígenas do Brasil)	DF
Sonia M Miguel	Feminista	DF
Sonia Maria Coelho Gomes Orellana	SOF - Marcha Mundial das Mulheres	SP
Sueli Bellato	CBJP	DF
Tania Lopes Muri	AMB RJ	RJ
Tatiane Duarte	Rede Ecumenica de Juventude	DF
Telma Maranhão Gomes	Universidade de Maringá	PR
Teresa M. Maia de Carvalho	Proj. Brasil Popular	SP
Thierry L Guertbchin	JUBILEU SUL	DF
Thomas Manz	FES	SP
Valéria Vilhena	EIG - Evangélicas pela Igualdade de Gênero	SP
Vanderlei Martins	Caritas	DF
Verônica Chaves Salustiano	Rede Nacional de advogadas e advogados Pop./RENAP	TO
Victor Hugo	Projeto Onda	DF
Vilma Reis	Movimento Mulheres Negras da Bahia	BA
Vinícius Alves Barreto da Silva	Fórum Justiça	RJ
Vitor Alcântara	Consulta Popular	BA
Vitor Amorim de Angelo	UFES	ES
Wanderley Silva	CONAM	AP
Wellington Neto	PJMP	AL
Yuri B Cisp	Nossa Brasília	DF
Ivo Lesbaupin	ISER ASSESSORIA	RJ